

**A VIDA DAS ESTATÍSTICAS E A VIDA DAS MULHERES:
SOBRE AS POSSIBILIDADES DE PRODUZIR DADOS AFETADOS
E O CASO DA PESQUISA DO IPEA.**

**THE STATISTICS'S LIFE, THE WOMEN'S LIFE:
ABOUT THE POSSIBILITIES OF PRODUCING AFFECTED DATA
AND THE CASE OF THE IPEA STUDY**

DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v17n1p25-40

Resumo

O presente artigo pretende oferecer algumas reflexões sobre a interface entre produção de conhecimento científico e produção de políticas do Estado no que se refere à vida das mulheres e às consequentes implicações para a agenda de pesquisa feminista no “sul global”. Para tal problematização, utilizaremos como caso ilustrativo a produção e repercussão da pesquisa sobre tolerância social à violência sexista realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em março de 2014. Pretendemos aqui sugerir alguns apontamentos sobre a historicidade e significados dos métodos quantitativos e da produção de estatísticas no que diz respeito às relações de poder e às produções dos saberes sujeitados no que se refere à experiência das mulheres. Procuramos com esse debate, por fim, levantar algumas questões sobre a pauta da despatriarcalização do Estado e sua relação com a disputa epistêmica no campo do feminismo do sul global.

Palavras-chave: Feminismo. Estado. Epistemologia da Ciência. Relações de Poder.

Abstract

This article aims to offer some reflections about the interface between the production of scientific knowledge and the production of the State Policies with regard to the lives of women and the consequent implications for feminist research agenda in the global south. To this end we will use as illustrative case the production and impact of a research on gender violence conducted by the Institute for Applied Economic Research (IPEA) in March 2014. We intend here to suggest some pointers about the historicity and significance of quantitative methods and the production of statistics with regard to the power relations and the productions of the subjected knowledges in which refers to women's experience. We finally seek with this discussion raise questions about the agenda of the State despatriarchalization and its relationship with the epistemic dispute in the field of feminism from the south.

Keywords: Feminism. State. Epistemology of Science. Power relations.

Alana Moraes

Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, Paris 3 - Sorbonne Nouvelle. Paris, França.

E-mail: alana.ufrj@gmail.com.

Sobre a confiança nos números e a produção de verdades

Como a teoria feminista – especialmente aquela produzida pelas experiências e particularidades das sociedades do chamado “sul global” – vem se relacionando com a interface entre produção de conhecimento científico e fabricação de políticas do Estado no que se refere à vida das mulheres e como o crescente empoderamento dos discursos científicos baseados na produção de estatísticas e índices sobre a vida social vem impactando a agenda de pesquisa feminista em nossas sociedades? A produção do conhecimento sobre a realidade ancorada nos métodos estatísticos e que em grande medida informam o processo de formulação de políticas e os debates sobre a *despatriarcalização* do Estado estão hoje no horizonte de disputa do “feminismo do sul”? Este trabalho pretende recuperar a reflexão entre produção de conhecimento, ciência e gênero a partir de alguns debates que hoje estão presentes no campo dos estudos sobre a prática científica a partir da produção e circulação de uma pesquisa sobre violência realizada pelo Ipea (*Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*) no ano de 2014.

Com o objetivo de retomarmos brevemente a historiografia do pensamento estatístico e sua influência na produção de conhecimento, parece-nos importante lembrar que o debate público das sociedades sul-americanas é marcado por uma forte influência do discurso econômico. Desde o surgimento dos projetos desenvolvimentistas, com a criação da CEPAL em 1948, atravessando ditaduras e democracias – experiências alimentadas pelas crises econômicas, processos inflacionários e mudanças de moeda, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, as tomadas de decisões políticas são intensamente atravessadas por um discurso fortemente amparado nos “problemas econômicos” da sociedade.

Recentemente, a partir dos anos 2000, essa influência foi reafirmada e reforçada com a retomada da dinâmica de “crescimento econômico”. Tal dinâmica produziu não apenas uma conjuntura de rápidas transformações sociais como também fez vir à tona na cena pública e estatal, com uma destacada e crescente importância, um renovado discurso econômico, dotado de força e legitimidade contundentes, discursos estes “autorizados a diagnosticar e a resolver o que, segundo eles, seriam as principais questões de nossa

época: inflação, crescimento, emprego e taxas de juros.” (NEIBURG, 2010:2). Os “problemas econômicos” construídos enquanto tal pelos especialistas – dos índices inflacionários até a corrida pelo crescimento do PIB - performam a própria ideia de “sociedade” quando hierarquizam não apenas escolhas políticas no cenário nacional, mas também sugerem uma forma própria de pensar a vida de uma população a partir de termos mensuráveis.

A pesquisa estatística e a produção de índices ultrapassam a esfera da macroeconomia e, em nossas sociedades, se apresentam como os instrumentos mais “eficazes” e “confiáveis” para a objetivação da realidade, invadindo-nos todos os dias pelos noticiários televisivos, periódicos, se apresentando no cotidiano e produzindo um discurso cujo pilar é a neutralidade e veracidade dos números. Como analisou Porter (1995) no caso norte-americano, podemos falar em uma “construção social da confiança pública nos números”. Para o autor, estes “números sociais” não apenas refletem padrões das atividades econômicas e sociais, mas eles vão mais fundo ao reconceitualizar o mundo social e econômico através da introdução de novas categorias analíticas de medição da vida.

O século XIX produziu com enorme vigor o crescimento do pensamento estatístico na Europa: criminologia, trabalho, migração, condições de vida, os registros estatísticos possuíam uma finalidade bem delimitada, qual seja, definir mais precisamente um fenômeno social para permitir uma intervenção mais eficaz na realidade (MARTIN, 2001). Segundo Martin, o triunfo do “espírito de cálculo” durante o século XVIII e, sobretudo o XIX, com o modelo exitoso da abordagem quantitativa inglesa, produziu uma série de reflexões influentes na época:

A Matemática social de Condorcet, as *Quaestiones calculi politici* de Leibniz, o *Essai de politique et de morale calculée*, do francês d’Harcenville, o *Essai d’arithmétique morale* de Buffon, a obra *Die Göttliche Ordnung (L’Ordre Divin, 1741)* do pastor alemão Süssmilch, ou ainda os *Essais d’arithmétique politique* de Lagrange constituem exemplos do interesse de muitos cientistas europeus pela abordagem quantitativa aparentada com a aritmética inglesa: todos têm por objeto

resolver pelo cálculo as dificuldades da gestão dos Estados (MARTIN, 2001: 20).

As ciências estatísticas aos poucos vão se tornando parte constitutiva dos Estados modernos e industriais. Produção de índices, recenseamentos, controle do crescimento populacional e da economia eram preocupações latentes do período. Como salienta a historiadora Michelle Perrot, “o estatístico, novo geômetra, se tornou com o médico, outra face da ciência ordenadora, o grande especialista social, capaz de tomar a medida de tudo”. (PERROT, 1977: 125). O pensamento estatístico vai exercer forte influência também no desenvolvimento da sociologia em meados do século XIX.

Olivier Martin lembra que Gabriel Tarde, um dos sociólogos pioneiros da nova sociologia francesa, foi diretor das estatísticas judiciárias do Ministério da Justiça de 1894 a 1904. Em 1887, Durkheim publica sua obra *Suicídio* cuja presença da análise de dados estatísticos ocupa lugar de destaque (MARTIN, 2001). Foi, no entanto, em Adolphe Quetelet (1796-1874), um matemático com interesses em astronomia, predecessor de August Comte, que encontramos a consagração do termo *la physique sociale* para se referir à estatística, título de sua maior obra. Preocupado com as permanências em uma sociedade em constante mutação, Quetelet “elaborou a noção de homem médio, um ser abstrato, definido pela média de todos os atributos humanos em um determinado país, considerado um ‘tipo nacional’, representativo de uma sociedade. Os desvios seriam anulados pela média resultante.” (CAMARGO, 2009: 911)

É a partir de 1929 que os escritórios estatísticos e as formulações matemáticas importadas da biometria tornam-se progressivamente referências nos debates públicos sobre políticas econômicas e sociais. Em 1930, os EUA medem pela primeira vez uma taxa de desemprego nacional. A linguagem dos números e das estatísticas vai ocupando um espaço de legitimidade importante na interseção entre ciência e Estado, entre o registro da descrição (isso é o que temos) e o registro da prescrição (isso é o que devemos fazer). (DESROSIÈRES, 1993).

No Brasil, o Estado também sempre exerceu papel fundamental na construção e orientação de institutos de pesquisa estatística. Já no final do século XIX, em 1870, durante o Império, portanto, foi sancionada a primeira lei

determinando o recenseamento nacional a cada dez anos, assim como o estabelecimento de uma Diretoria Geral de Estatísticas responsável pela sistematização dos registros de casamentos, nascimentos e óbitos. (OLIVEIRA & SIMÕES, 2005). A partir de 1930, com a emergência do que ficou conhecido na historiografia como “nova república” e uma conjuntura de centralização política gerida pelo Estado Novo, presenciamos um notável investimento do governo de Getúlio Vargas na consolidação de fortes institutos nacionais de pesquisa, o mais notável, o Instituto Nacional de Estatística de 1934 que deu origem ao IBGE e posteriormente à criação da Fundação Getúlio Vargas em 1944, uma fundação de direito privado, mas com inegável intervenção e influência estatal, “declaradamente como entidade voltada para a ciência, no caso a ciência econômica” (BRAUM, 2009). Em seu trabalho sobre a criação da Fundação Getúlio Vargas, Braum descreve a relação entre a fundação da instituição e a emergência dentro do campo da economia no Brasil de “um ideário acerca da pureza científica” (BRAUM, 2009).

A história do desenvolvimento do pensamento estatístico e a “febre da quantificação” têm relação, portanto, com o que Foucault chamou de “Razão de Estado”. Para o filósofo francês, a “arte de governar está intimamente ligada ao desenvolvimento do que se chamou estatística ou aritmética política - quer dizer, ao conhecimento das forças respectivas dos diferentes Estados. Um tal conhecimento era indispensável ao bom governo” (FOUCAULT, 2006: 376; grifos do original, citado por CAMARGO, 2009). Foucault salienta que as estatísticas jogam um peso fundamental na ideia de que as populações possuem uma regularidade, números, características próprias e que a partir de seus deslocamentos e atividades “as populações também produzem efeitos”. (FOUCAULT, 2000)

A linguagem estatística na sociedade brasileira – que extravasa há muito tempo o domínio dos profissionais da economia – empodera o falante e suas instituições, sustenta discursos de verdade e é permanentemente orientadora de produção de políticas públicas ou de enunciados sobre a vida social por instituições reconhecidas públicas ou privadas. É sabido que os institutos que investem na produção de pesquisas quantitativas são, quase sempre, também aqueles que geram mais recursos. Números, indicadores, projeções,

cálculos avançados, índices, apresentam-se nos debates públicos como se tivessem mesmo uma vida autônoma de processos históricos e disputas. Neiburg aponta, por exemplo, que o mais naturalizado dos índices, como o de “custo de vida”, e a ideia mesmo de que a vida possui um “custo”, que pode ser medido foi formulado pela primeira vez na Inglaterra do começo do século XVIII, mas só pode se materializar em “índice” no contexto da revolução neoclássica, onde “a representação numérica dos fatos sociais se transformaria em uma ferramenta básica para o estabelecimento da economia como uma ciência autônoma do comportamento”. (NEIBURG, 2007: 129)

No entanto, os “números sociais” também são resultado de disputas. O trabalho de Paulo Januzzi mostra como o chamado “movimento de indicadores sociais”¹, em meados da década de 1960 e impulsionado por agências multilaterais, descortinava o fato de que a melhoria dos “indicadores econômicos” nos países do “terceiro mundo” não resultava em melhorias do bem estar social (JANUZZI, 2001). Universidades, movimentos sindicais, movimentos feministas, de saúde coletiva, também passam a utilizar os índices sociais como instrumentos de pressão política assim como começam a investir em suas próprias entidades de pesquisa.

O objetivo deste artigo não é o investimento em uma “desconstrução” dos métodos quantitativos ou do pensamento estatístico. Como lembrou Laurent Thévenot (1994), os pesquisadores em ciências sociais vêm tomando duas atitudes, em geral, com relação à empreitada estatística. A primeira delas é a de denúncia dos interesses “ideológicos e políticos”, relações de poder, interesses de Estado, que se relacionam de forma íntima com a produção dos dados. A segunda, inversamente, toma os dados estatísticos para dar consistência “empírica” às análises sociológicas. O que pretendemos, entretanto, é superar a dicotomia imposta pelo binômio “crentes” *versus* “céticos”, ou “aqueles que creem” e aqueles que “sabem” (STENGERS & PIGNARRE, 2007) e propor possibilidades de “afetamentos” no processo de produção de dados sobre a realidade social. Estas possibilidades só podem ser produzidas a partir de um

1 Segundo a definição de Januzzi: “Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social”. (JANUZZI, 2001: 2)

movimento radical de deslocamento que desfaça o próprio conteúdo epistêmico presente na oposição sujeitos *versus* objetos, ainda fortemente presente em grande parte das metodologias quantitativas. Experimentar as intensidades que constituem o lugar do “outro” (FAVRET-SAADA, 2005), ou das “outras”, levar a sério as experiências e modos de produção de conhecimento empreendidos pelas mulheres em suas diversas perspectivas e lugares teoricamente marginalizados, tem sido e deve ser um dos grandes esforços da teoria feminista. O que supomos é que o exercício de “afetação metodológica” pode mesmo ajudar a formular de outra maneira os pressupostos das metodologias quantificáveis no que se refere à vida das mulheres.

Propomos nesse artigo uma abordagem reflexiva sobre o caso de uma pesquisa sobre violência contra mulher feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O processo de produção e divulgação da pesquisa nos interessa na medida em que ilustra como os dados estatísticos, além de serem produzidos por seres humanos em seus contextos, como diz Latour, informam-nos que “a construção de um fato é um processo tão coletivo que uma pessoa sozinha só constrói sonhos, alegações e sentimentos, mas não fatos” (LATOURE, 2000: 70); eles também, os dados, possuem uma vida um tanto quanto selvagem porque agem no mundo depois de gerados, mas nem sempre de maneira esperada. O que está em jogo não é apenas a afirmação do poder discursivo e performativo das estatísticas no mundo social, mas ao contrário, nosso intuito é compreender como este mundo social é capaz também de afetar e reorientar os “dados” estatísticos.

A pesquisa do Ipea e a vida selvagem dos dados

O IPEA, assim como a FGV e o IBGE, também foi criado em um contexto de centralização política. A criação do instituto data de 1964, ano do golpe militar que marca um dos períodos mais antidemocráticos da história do país. A função institucional do IPEA, criado como EPEA (Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada), era subsidiar a formulação da política econômica pelo também recém-criado Ministério do Planejamento a partir de pesquisas sobre a economia nacional, projeções macroeconômicas e setoriais (IPEA, 2005). Em seus primeiros anos, o IPEA encontrava-se então fortemente vinculado com a ideia de

“desenvolvimento” e planejamento econômico. Segundo a apresentação de uma recente coletânea de comemoração aos 40 anos do instituto que reúne depoimentos de seus presidentes e pessoas importantes que fizeram parte da instituição, “sua função básica é oferecer seus produtos de estudos e pesquisas socioeconômicas sobre o Brasil ao setor público, para subsidiar decisões, e à sociedade em geral, para ampliar o conhecimento, o volume de informações e o debate sobre os caminhos da nação” (IPEA, 2005: 15). É flagrante aqui a centralidade do pensamento econômico e a ideia de que as pesquisas “socioeconômicas” elaboradas pelo instituto, em sua própria definição institucional, subsidiem a tomada de decisões na produção de políticas públicas. Seria a partir desse conhecimento “socioeconômico” da sociedade que o Estado poderia oferecer as soluções políticas para os problemas econômicos e sociais do país.

Nos últimos anos, porém, o instituto vem se voltando também para aqueles problemas reconhecidos como “sociais”. Pobreza, participação política, violência e, especialmente, trabalho, são temas que assumem alguma centralidade nas diretrizes políticas do instituto hoje. A divulgação de uma pesquisa sobre violência contra as mulheres, nesse contexto, alcançou proporções, talvez, há muito tempo, não vistas pelo instituto. Como bem lembrou Latour, “uma afirmação, assim como a bola de rugby, está sempre em situação de risco, aguardando ser pega por algum jogador para sair do estado de estagnação” (LATOURE, 2000). A divulgação dos dados da tal pesquisa poderia ilustrar bem sobre essa vida selvagem dos dados produzidos e do impacto que eles podem ter no debate público.

A pesquisa, denominada “tolerância social à violência contra as mulheres”, foi desenvolvida no âmbito do “sistema de indicadores de percepção social” do instituto de pesquisa. Segundo o instituto, “o Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) é uma pesquisa domiciliar e presencial que visa captar a percepção das famílias acerca das políticas públicas implementadas pelo Estado, independentemente destas serem usuárias ou não dos seus programas e ações”². A pesquisa, que foi aplicada entre maio e junho de 2013, foi realizada em

2 Sobre o sistema de indicadores de percepção social: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6186> (Consultado em 20/04/2014).

3.809 domicílios, em 212 municípios, e abrangeu todas as unidades da Federação³.

A divulgação da pesquisa feita pela imprensa causou uma repercussão imediata e de grandes proporções devido aos resultados de duas perguntas feitas no questionário. Segundo a pesquisa, mais de 65% dos entrevistados pensariam que quem mostra o corpo “merece ser atacada” e 58,5% concordariam com a ideia de que “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”. Um dia após a divulgação da pesquisa já havia uma grande mobilização nas redes sociais a partir de uma campanha criada por mulheres chamada “Eu não mereço ser estuprada”⁴. Desde os principais veículos da grande imprensa no Brasil, passando pelas reações públicas de diversos grupos feministas, até um pronunciamento da presidenta da República em sua conta pessoal em uma rede social⁵, muitos atores foram afetados pelo resultado da pesquisa. O tema da violência contra as mulheres toma a cena pública com força mobilizando diversos setores da sociedade.

Mesmo que a questão da violência contra as mulheres no Brasil seja, cada vez mais, um problema suficientemente reconhecido publicamente enquanto um “problema social” – como mostram a lei Maria da Penha de setembro de 2006, que tipificou o crime de violência doméstica, ou a recente aprovação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado do Projeto de Lei que insere no Código Penal o crime de feminicídio⁶, apenas para ficar em um âmbito do legislativo nacional – ainda assim a permanência dos altos índices de violência contra as mulheres (e o pior: a sua escalada⁷) coloca o

3 Para acesso à pesquisa final, depois de sua correção: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf> (Consultado em 20/04/2014).

4 Sobre a campanha lançada em rede social: <<http://entretenimento.r7.com/blogs/blog-da-db/eu-nao-mereco-ser-estuprada-mulheres-organizam-protesto-online-20140327/>> (Consultado em 20/04/2014).

5 “Tolerância zero à violência contra a mulher”, diz Dilma no *Twitter* após pesquisa do Ipea. Jornal Estadão: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,tolerancia-zero-a-violencia-contra-a-mulher-diz-dilma-no-twitter-apos-pesquisa-do-ipea,1146289,0.htm>> (Consultado em 20/04/2014).

6 Para saber mais sobre o Projeto de Lei de tipificação do feminicídio: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/04/02/inclusao-de-crime-de-feminicidio-no-codigo-penal-passa-na-ccj>> (Consultado em 21/04/2014).

7 É o que mostra o mapa da violência 2012 – homicídios de mulheres no

Brasil hoje no 7º lugar em um *ranking* de violência sexista de 84 países feito pela Organização Mundial de Saúde.

A pesquisa do Ipea pretendeu revelar, a partir de um sistema de indicadores de tolerância, como a violência contra a mulher encontra ainda, em diversos aspectos, “legitimidade” social. Esse sistema elaborado pelo instituto, baseado no material de um questionário no qual as pessoas expressariam o nível de suas adesões às afirmações, pretendeu expressar nas estatísticas finais um complexo sistema de produção simbólica de valores, investimentos afetivos, perdas, processos morais de legitimação de um discurso, práticas, negociações, sujeitos e sujeitas localizados em redes nada simples de poder e todos os outros elementos que compõem o difícil quadro da violência praticada por homens contra mulheres. O resultado do sistema de indicadores de “tolerância” não poderia ser mais catastrófico: a violência se perpetua não apenas pela adesão dos homens às sentenças consideradas indicadores de legitimidade à violência, como também, segundo a pesquisa, pela forte adesão das mulheres – que rapidamente se transformaram de “vítimas” em “algozes”.

Poucos dias depois da intensa repercussão da pesquisa e das manifestações de repulsa às opiniões reveladas por ela, o Ipea lança uma errata revelando que houve, na verdade, um erro nos dados divulgados⁸ e informando também a exoneração do diretor de Estudos e Políticas Sociais, um dos autores da pesquisa. Segundo a nota lançada pelo instituto, “26% dos brasileiros acham que mulheres que exibem o corpo merecem ser estupradas e não 65%, como divulgado anteriormente”. A concordância de 65% se refere, na verdade, à afirmação “*Mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar*”. A pesquisa divulgada originalmente, segundo o instituto, possuía dois erros provocados por uma troca de gráficos. Não obstante, é interessante perceber como a divulgação

Brasil, publicado pelo Instituto Sangari em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso). “O documento afirma que houve um aumento de 217,6% no número de mulheres assassinadas no país em 30 anos, saltando de 1.353 mortes em 1980 para 4.297, em 2010 (...) De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a taxa coloca o Brasil na sétima posição em lista que contabiliza homicídios femininos em 84 países”. <<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2012/07/10/mapeamento-aponta-aumento-da-violencia-contra-a-mulher>> (Consultado em 20/04/2014).

8 Sobre a errata lançada pelo Ipea: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/ipea-admite-erro-em-pesquisa-sobre-violencia-contra-a-mulher-3858.html>> (Consulta em 12/04/2014).

da afirmação, ainda que equivocada, tenha produzido uma série de movimentações concretas – chegando até mesmo no pronunciamento da presidenta da República no que concerne ao problema da violência contra a mulher no Brasil, especificamente a violência sexual.

Uma afirmação pode ser tornada mais fato ou mais ficção, segundo Latour, “mais tarde graças a outras sentenças” (LATOURE, 2000: 46). É nesse caminho, aonde os dados científicos se constituem em trânsitos e negociações, que podemos encontrar todas as controversas a respeito da pesquisa do Ipea: “O destino da afirmação, ou seja, sua definição como fato ou ficção, depende de uma sequência de debates ulteriores”. (LATOURE, 2000: 49). Uma das controvérsias produzidas a partir da divulgação da pesquisa foi justamente em torno da questão estrutural que apresentam os dados: por que, inclusive as mulheres e, sobretudo as mulheres, também concordaram com o conjunto de afirmação que legitima dentro de uma ordem moral de culpabilização das próprias mulheres a prática do estupro?

O que nos importa neste trabalho, entretanto, é anterior mesmo a essa questão. Pretendemos seguir com a pergunta do porquê os saberes produzidos pela experiência das mulheres em diversos contextos, nesse caso especificamente, sobre a reprodução e os mecanismos de controle dos seus corpos e vidas pela violência masculina têm encontrado tanta dificuldade de se legitimar enquanto saber e assim produzir maiores interferências nas ações do Estado, das políticas públicas e no próprio debate epistemológico sobre a produção do conhecimento sobre a própria vida das mulheres.

Pretendemos atentar para o fato de uma pesquisa nacional que se propõe a compreender os “níveis de tolerância” à violência sexista no Brasil e a partir dela produzir políticas de enfrentamento às práticas de violenta subordinação das mulheres ser realizada – aparentemente sem maiores problemas – dentro do espaço doméstico. Quais são as implicações políticas da escolha do espaço doméstico como unidade de referência para uma pesquisa sobre violência de gênero? Enfim, como podemos seguir apostando na reflexividade de nossas ciências, pesquisas, discursos, na direção da construção de um Estado *despatriarcalizado* e de uma ciência “localizada”, informada e afetada pelo lugar das mulheres?

Não é preciso ser especialista em estudos de

gênero na América Latina para saber que a maioria das mortes que atingem mulheres é decorrente de violência conjugal: “Não se pode ignorar que a maior parte dos homicídios de mulheres ocorre em ataques no espaço doméstico, cometidos por seus parceiros íntimos ou conhecidos” (PASINATO, 2011: 242). O também recente mapa da violência no Brasil de 2012 revela que cerca de 68% dos homicídios são cometidos na residência da vítima. Isso porque, em 86,2% dos casos, o assassino é alguém da família ou próximo a ela. Os parceiros ou ex-parceiros respondem pelo índice mais alto (42,5%), sendo que, entre mulheres de 20 a 49 anos, eles são responsáveis por 65% das agressões. O segundo maior agressor é um amigo ou conhecido (16,2%) da vítima.⁹ O espaço doméstico é, sobretudo, um espaço de negociações e disputas de poder, produção de resistências e amálgamas entre gestão de afetos, rupturas e manutenção de todo o aparato de uma vida comum, de onde podemos pensar que não se trata de um espaço “neutro”, tampouco de uma “unidade social” que permita o equilíbrio de discursos entre seus integrantes, muito pelo contrário.

Esta última questão nos conduz a outro elemento presente na pesquisa do Ipea que é a questão mesma sobre as condições de produção da fala dos sujeitos pesquisados e interpelados pelo questionário. A pesquisa trabalha com o pressuposto de que homens e mulheres, inseridos em seus contextos domésticos, produzem formas de discursos que podem ser equivalentes, ignorando assim o jogo de interdições, atravessamentos e códigos presentes nestas circunstâncias, aspectos ainda mais relevantes quando trata-se do tema da violência sexista, da autonomia do corpo feminino e de suas regulações. Como lembra Michel Foucault:

Tabu do objeto, ritual das circunstâncias, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (FOUCAULT, 1996: 9).

Quando tive a oportunidade de acompanhar as reuniões de depoimentos da Comissão Parlamentar Mista

⁹ Mapa da Violência 2012. Consultado em: <http://mapadaviolencia.org.br/mapa2012_mulheres.php> (Consultado em 12/04/2014).

de Inquérito da Violência contra a Mulher criada em 2012 e cuja finalidade era investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos legais para proteger as mulheres em situação de violência, pareceu-nos bastante evidente que a liturgia oficial de funcionamento da comissão foi afetada de maneira significativa pelo “ritual das circunstâncias”. As condições de existência das falas e depoimentos de mulheres vítimas de violência precisavam ser produzidas a partir de uma sensibilidade compartilhada para que aquele espaço pudesse ser “sentido” como um espaço de segurança, compreensão e cumplicidade. Algumas condições eram, entretanto, indispensáveis como a presença apenas de mulheres nas reuniões. E alguns elementos presentes no funcionamento das reuniões como os abraços, lágrimas, carinhos, faziam daquele espaço oficial promovido pelo Estado um lugar reocupado pelas formas de existência da dor e dos modos de construir um lugar ritualizado e corporificado pela cumplicidade e afetos.

Voltando ao caso da pesquisa, em um já clássico texto de Pierre Bourdieu (1973) sobre pesquisas de “opinião”, alguns procedimentos metodológicos se revelam imprescindíveis. O mais importante deles talvez seja justamente questionar o fato de que todas as opiniões se equivalem. Para o sociólogo: “o fato de acumular opiniões que não têm absolutamente a mesma força real leva a uma distorção muito profunda” (BOURDIEU, 1973:2). De todos os problemas implicados na objetivação de “opiniões” a partir de sua expressão “estatística”, salienta Bourdieu, o mais evidente deles é o fato de que não existem problemas que se apresentem de igual modo para todos:

não existem perguntas que não sejam reinterpretadas em função dos interesses ou dos não-interesses das pessoas para as quais são colocadas, sendo o primeiro imperativo perguntar-se a que pergunta as diferentes categorias de consultados acreditaram responder (BOURDIEU, 1973: 2).

Em que medida, pergunta o sociólogo, podemos “captar opiniões” em uma situação que não é a real, segundo a qual as opiniões se constituem e, finalmente, como lidar com o abismo entre opiniões produzidas a

partir de uma situação artificial criada pela pesquisa e as opiniões elaboradas a partir mesmo da vivência cotidiana, a partir das estruturas relacionais nas quais circulam e agem as opiniões em situações concretas?

Perguntamo-nos neste trabalho sobre as implicações de uma pesquisa, seja ela qual for, que se proponha entender os “modos de tolerância” e legitimação da violência praticada por homens contra mulheres e que pretenda contribuir para a produção de políticas públicas, ser realizada a partir de parâmetros majoritariamente quantitativos e, sobretudo, que compreenda as respostas, sejam elas concordantes ou discordantes, como índices descorporificados e autonomizados das relações sociais, de afetos e de poder. A ilusão “pergunta-resposta”, tal qual a ilusão sujeito-objeto ignora a profunda implicação que o jogo “pergunta-resposta” possui com os contextos relacionais tais como “quem pergunta”, “como pergunta”, “para que servem as respostas”. Ou mais seriamente, ela pressupõe com muita facilidade que estamos pensando nas mesmas coisas (pesquisador-pesquisado) quando usamos a mesma palavra ou mesmo conjunto de sentenças. Além disso, é preciso ainda nos fazer a constante pergunta sobre quais as condições necessárias da “produção da fala” das mulheres sobre o tema da violência, sobre os embates domésticos, sobre as negociações e produções de suas liberdades, entendendo, sobretudo que o discurso não pode ser considerado em sua forma soberana. Por fim, pretendemos sugerir que a ilusão “sujeito-objeto” acaba por reificar a noção de um “*self* desimpedido” e autônomo: “Dentro dessas tradições, o *self*, “o homem”, o autor, a subjetividade tomaram formas muito específicas, às custas das experiências excluídas.” (BORDO, 2000: 28).

Tendo em vista a problemática apontada anteriormente, parece-nos pertinente refletir mais especificamente sobre a questão formulada a respeito do estupro, isto é, o fato de que 58,5% dos entrevistados e das entrevistadas concordaram com a ideia de que *se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros*. Pode a concordância a essa questão ser lida de um modo desgenerificado? Em outras palavras, a concordância das mulheres com essa questão tem o mesmo sentido e quer dizer a mesma coisa que a concordância dos homens? E por último queremos refletir sobre os prejuízos que uma pesquisa quantitativa traz ao pretender

compreender um aspecto constitutivo da experiência das mulheres – o constante medo do estupro – sem levar em conta todos os atravessamentos de ordem subjetiva, afetiva e *corporificada* que perpassam essa questão.

O medo do estupro, quer dizer, a ameaça constante que todas as mulheres sofrem em sociedade, em maior ou menor grau, é uma experiência constitutiva da subjetividade feminina. A prática do estupro estabelece potencialmente, antes mesmo de ser uma prática, uma ameaça presente, atualizada, que paira como uma permanente possibilidade. Por outro lado, as mulheres elaboram desde muito cedo mecanismos de proteção, de si próprias e das outras, internalizados em um conjunto de práticas, cálculos, estratégias de locomoção nos espaços públicos, mapeamento dos riscos e ameaças nos lugares que costumam passar, enfim, uma territorialização compartilhada baseada em um sentimento de segurança contra a ameaça da violação. Quando uma mãe, tia, irmã ou avó “aconselha” sua filha/sobrinha/irmã/neta a não andar “por aquela rua escura” está tentando negociar, dentro de um sistema de tensão entre liberdades e produção de proteções, uma via pensada como mais segura para evitar a dor e todas as consequências subjetivas de um estupro.

Digo negociação porque a pesquisa também mostra que a percepção de que o estupro pode ser evitado na medida em que as mulheres se “comportem adequadamente” é, sobretudo, geracional. Isso não significa, em nossa opinião, que as mulheres mais jovens já não investem mais em práticas coletivas e estratégias de proteção, mas sim que elas elaboram essas estratégias de outras formas – talvez não acreditem mais tanto na culpabilização delas mesmas, das suas roupas ou comportamentos e tentam convencer as mulheres mais velhas disso, mas as estratégias de proteção contra as ameaças de violência sexual e as resistências cotidianas persistirão enquanto vivermos em uma sociedade cuja rotinização do estupro atualiza a experiência cotidiana da violação sexual dos corpos femininos¹⁰.

Uma das perguntas que podemos nos fazer é em que

10 O número de estupros registrados no Brasil em 2012 foi maior que o de homicídios dolosos (quando há intenção de matar), segundo dados da 7ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Foram 26,1 estupros por 100 mil habitantes; 18,7% a mais que em 2011. Consultado em: <<http://www.forumseguranca.org.br/producao/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/7a-edicao>> (Consultado em 11/04/2014).

medida o modelo de questionário fechado ou o pressuposto pesquisador-objeto—o que presume um sujeito objetificado, sem história, desejos, corpo e experiência – pode nos ser útil ou até mesmo pertinente para compreender situações de sofrimento, vulnerabilidade e violência, sobretudo em se tratando de sujeitos ou sujeitas cujo discursos e falas são historicamente submetidos a mecanismos de controle, regulação, que têm por objetivo “esquivar sua pesada e temível materialidade”. (FOUCAULT, 1996: 9).

Para seguir uma reflexão de Judith Butler pensamos que a discussão feminista sobre epistemologia da ciência precisa avançar no sentido de ser capaz de formular uma reflexão mais aprofundada sobre as possibilidades de acesso à experiência do sofrimento, de uma parte estudando as maneiras pelas quais sofrimento é apresentado, de outra, as maneiras pelas quais somos afetadas por suas representações (BUTLER, 2010). Em outras palavras, poderíamos nos perguntar em que medida a produção da pesquisa e sua posterior repercussão *foi afetada* pela experiência da violência sexual quando englobou homens e mulheres em um sistema de “percepções” homogêneo, controlando as formas de produção do discurso a partir de respostas fechadas.

Queremos sugerir aqui a hipótese de que um homem que diz “sim”, que a roupa da mulher é a causa do estupro e, por outro lado, uma mulher que diz sim, que a roupa da mulher importa, estão dizendo “sims” bem diferentes. Um homem, ou ao menos a experiência coletiva de ser homem na América Latina, dificilmente vai ser afetado pelo o que é a ameaça cotidiana do corpo violado sexualmente, ou pela fabricação dos cálculos incorporados de caminhos, ruas, espaços, roupas, horas, que fazem da territorialização da experiência coletiva de ser mulher uma territorialização produzida pela tensão entre produção de liberdades e produção de seguranças. Por outro lado, uma mulher que diz “sim” a essa sentença pode ter dito sim, e é o que pretendemos sugerir para o debate, porque reconhece a fabricação incorporada dos cálculos cotidianos e estratégias diversas que as impõe à ameaça do estupro, pode ter dito sim apenas porque sabe que precisa se proteger e proteger as outras (mais jovens) não só da ameaça do estupro, mas também de suas consequências dolorosas que vêm acompanhadas das acusações e culpabilizações públicas desde a delegacia, passando pela família, até a comunidade.

A crença na produção de um saber sobre a situação da violência no Brasil a partir de um método quantitativo que supõe enquadrar igualmente as produções dos discursos, experiências, conceitualizações, no sentido geral, entre sujeitos assimetricamente situados no campo de relações de poder que atravessam o próprio problema da violência sexista e seus modos de reprodução acabou por produzir “alternativas infernais” (PIGNARRE & STENGERS, 2005) para as mulheres que responderam ao questionário. Assim, o que restava para elas era aceitar os termos da lógica de produção de estatísticas a partir de um sistema de “percepções” que pressupõe um sujeito neutro e desgenerificado e, em alguma medida, se os aceitam, acabam sendo acusadas por serem “capturadas” pela “ideologia machista” e pela perpetuação da violência contra elas próprias. O que está em jogo, ainda que de maneira não prevista, é a movimentação interminável do ciclo de culpabilização das mulheres. Podemos perguntar por fim, em que medida a fórmula do questionário nos possibilita avançar no sentido de:

fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los, em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns (FOUCAULT, 2005: 13).

Feminismo, produção dos saberes e os dados *afetados*.

Cristina Carrasco, uma importante teórica do campo da economia feminista, organizou a pedido do Instituto Catalão de Mulheres, um sistema de indicadores que levasse em conta a situação das mulheres em uma série de áreas. Foi uma das primeiras experiências na tentativa de “construir um conjunto de indicadores a partir de uma perspectiva não androcêntrica”, no sentido de “recuperar a experiência das mulheres e situá-la em um enquadramento analítico não centrado na experiência masculina” (CARRASCO, 2012: 31). Carrasco lança luz sobre o fato de que um sistema de indicadores, por mais importante que seja para o acompanhamento de mudanças ou permanências de desigualdades na sociedade ou mesmo para acompanhar os efeitos de uma política pública, ainda assim é um sistema que responde a uma concepção de

mundo. “Escolher ‘o que quer ser medido’ e definir quais são os ‘traços mais característicos de uma sociedade’ não é um assunto nem simples nem neutro” (CARRASCO, 2012: 35).

A autora sugere que os modelos de produção de índices, os sistemas de produção de estatísticas sobre a vida social, devem incorporar o que a autora chama de “recuperação da experiência feminina”, ou seja, investir na construção de um novo modelo simbólico capaz de dialogar com os “valores e saberes” das mulheres que permaneceram historicamente ocultos (CARRASCO, 2012). Como bem demonstrou Michel Foucault, trata-se de levar a sério os “saberes sujeitados, conteúdos históricos que foram sepultados, massacrados em coerências funcionais ou em sistematizações formais” (FOUCAULT, 2005: 11).

Um dos grandes desafios para as feministas do “sul global” é refundar as formas de pensar os discursos e práticas científicas de apreensão da realidade, tendo em vista que nossas sociedades são fortemente penetradas e produzidas pela prática científica e pelos institutos de pesquisa do Estado. Não se trata apenas de denunciar a “não neutralidade” da ciência, mas como lembrou Isabelle Stengers e Pignarre (2005), de retomar mesmo a pergunta das feministas negras norte-americanas sobre a possibilidade de “com as ferramentas do dominador demolir a casa dele”. Os “dominantes”, seguem os autores, não extraem seus poderes de uma ferramenta particular, mas antes disso, da própria definição do que sejam as ferramentas. (STENGERS & PIGNARRE, 2005: 145). Em um outro enunciado também muito produtivo, “destronar o rei não equivale a degolá-lo. Mais precisamente, a questão aqui é compartilhar o poder” (BORDO, 2000: 16). Nesse caso, a reflexão é sobre como podemos compartilhar o poder de produzir dados sobre a realidade social.

Como bem avaliou Joan Scott em seu texto do final da década de 1980, as pesquisadoras feministas perceberam já muito cedo que o problema fundamental não era apenas “acrescentar” os temas ligados às mulheres nas análises históricas, mas em algum momento seria necessário “impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente” (SCOTT, 1989: 3).

Tomando a pesquisa do Ipea como um caso

ilustrativo, é significativo que ela esteja inserida em um “sistema de indicadores de percepção social”. A difusão do termo “percepções sociais” sugere que, na realidade, as pessoas “percebem” a realidade, mas nós, os cientistas, “sabemos”. Compreender a ciência como a vitória do “saber” contra a “crença” (STENGERS & PIGNARRE, 2005) é mais uma vez assumir o ponto de vista de uma ciência sem compromissos com os saberes “sujeitados” e desta forma limitar as possibilidades de uma sociedade produzir, fabricar, superar os impasses impostos pela neutralização dos saberes minoritários.

Os modos de reprodução da violência contra a mulher no Brasil e seu crescente aumento mesmo após a implementação da Lei Maria da Penha permanecem como “caixas pretas” difíceis de serem acessadas. A recente pressão pela judicialização do problema parece, entretanto, apostar muitas fichas na solução penal para a violência sexista enquanto a compreensão sobre o campo de poder, as formas de legitimação cotidiana da violência e como as mulheres vêm elaborando conceitualizações sobre suas vidas e liberdades, negociando sobre a própria ideia de poder, parece-nos ainda bem nebulosa.

A pesquisa do Ipea, que oferece como conclusão a afirmação de que o “modelo patriarcal de família possui ainda um alto índice de adesão”, utilizando para isso nos questionários muitas afirmações oriundas de ditados populares do imaginário coletivo da sociedade brasileira, é bem representativa do que sejam algumas das pesquisas sobre mulheres e violência hoje no Brasil: um eterno dilema do “cachorro que tenta morder o próprio rabo”. O paradigma do “patriarcado”, ainda que seja inegavelmente estruturante do ponto de vista das relações sociais, transformou-se em um grande sistema impessoal com engrenagens autônomas e intransponíveis, capaz de explicar todas as relações de poder entre homens e mulheres, e por isso mesmo pouco produtivo.

A pesquisa do Ipea parece não conseguir superar a produção de “alternativas infernais” que sistematicamente atravessa o problema da relação das mulheres (negras, pobres, lésbicas, jovens ou não jovens, transgêneros) com a violência sexista no Brasil a partir da mais infernal das alternativas apresentada pelo binômio “vítimas ou cúmplices”. É por isso imprescindível o investimento dos esforços de pesquisadoras feministas no sentido de produzir uma ciência capaz de continuar repensando

as relações de poder constitutivas na produção de conhecimento em nossas sociedades, questionando desde a naturalização de um sujeito masculino de experiências universalizáveis até mesmo a relação de poder existente entre o (a) pesquisador(a)-sujeito(a) (detentor do conhecimento, conhecedor da realidade por trás das “crenças”, masculinizados) e aqueles(as) que são pesquisados(as)-objetos (frágeis, ingênuos, crédulos, feminilizados).

Pensando nas práticas concretas de produção de agendas e métodos de pesquisa é preciso refletir sobre como a produção de dados a partir de pesquisas e métodos quantitativos, questionários homogêneos e fechados, pode nos ser útil para a compreensão da vida das mulheres. Para exemplificar com uma experiência pessoal de pesquisa com trabalhadoras oriundas da pequena agricultura familiar¹¹, existe já um debate conhecido na literatura antropológica sobre sociedades camponesas a respeito da concepção do trabalho, do “tempo do trabalho” e das responsabilidades de quem o exerce dentro da divisão do trabalho na família. Se formos munidas de um questionário para entender “quanto tempo a mulher agricultora trabalha por dia”, nossa análise certamente criará uma grande confusão sobre o papel do trabalho feminino nestas sociedades, invisibilizando o que é o trabalho e as concepções de produção e reprodução da vida dessas mulheres. A categoria “trabalho”, aparentemente tão compartilhada entre mundos distintos, em diversos contextos pode se referir aos termos da divisão do trabalho entre o que é o trabalho feminino ou masculino, ou ainda, o que é considerado trabalho ou “ajuda” nessas sociedades (HEREDIA, 1979). Obviamente seria leviano descartar a importância de todas as estatísticas produzidas, por exemplo, sobre aspectos sociais mais gerais como a participação das mulheres no mercado de trabalho ou sobre o número de ocorrências de violência contra as mulheres. Mas pesquisas sobre os sentidos do trabalho ou da violência na vida das mulheres e como elas vem produzindo conhecimento sobre isso, exigem pressupostos metodológicos e políticos outros.

O debate epistemológico na teoria feminista se intensifica a partir da década de 1980 e muitos problemas importantes são levantados por estas pesquisadoras como

11 Experiência graças a minha pesquisa de dissertação de mestrado no agreste pernambucano. “*A gente trabalha onde a gente vive: A vida social das relações econômicas. Parentesco, “conhecimento” e as estratégias econômicas no agreste das confecções*” (SOUZA, 2012).

em um texto clássico de 1985 no qual Luce Irigaray e Mastrangelo apresentam o seguinte questionamento: “A questão é se a linguagem das mulheres, permanecendo dentro do discurso da mesma economia geral, utiliza um significado que é potencial e não ainda realizado ou se o que elas pensam e podem dizer demanda uma transformação das fronteiras da própria linguagem” (IRIGARAY & MASTRANGELO BOVÉ, 1985: 82. tradução livre). Apostar em uma expansão da linguagem do feminismo e das mulheres dentro do campo da ciência é também pensar o feminismo enquanto uma experiência criativa produzida a partir de realidades históricas diferentes, de lugares e expectativas diversas, mas que desde a sua origem se propõe “borrar” a fronteira entre teoria e prática assim como desestabilizar a ideia da produção de conhecimento imaginada como um pesquisador homem sentado em um escritório, isolado e livre de todas as perturbações da vida doméstica.

É possível identificar um esforço relevante na teoria feminista do chamado “sul global” (MATOS, 2010) e nos próprios *Subaltern Studies* a fim de denunciar a dominação teórica operada pelas vozes do norte na construção de um sujeito universal e neutralizado, afirmando o método da desconstrução interna das categorias para revelar suas limitações (SCOTT, 1999). Mesmo ideias como “objetividade” e “neutralidade” tão caras à ciência e que se manifestam na incessante produção de estatísticas, sistemas de índices de percepções sociais, também são produtos, em parte, de uma tradição que opõe a “vida da mente” a “vida do coração”, e de uma mais recente que opõe “fatos a valores” (DASTON, 1995). O ideal de objetividade científica supõe ausência de emoções e de valores, o que de alguma forma se encontra extremamente presente na construção da representação do “feminino” em nossas sociedades.

No entanto, como insiste Donna Haraway, não basta às teóricas feministas desconstruírem os discursos científicos ou apenas demonstrarem suas contingências históricas e interesses. É fundamental que o feminismo possa oferecer melhores relatos e considerações sobre a realidade. (CAMPBELL, 2004: 169). A autora elabora o conceito de “saber localizado” para defender uma perspectiva do saber que seja localizada, parcial e corporificada (HARAWAY, 1995). É justamente a partir desse reconhecimento localizado de como o saber é

produzido que se pode evitar, segundo a autora, uma perspectiva exterior, imparcial e universal sobre a realidade. Neste sentido, Haraway contribui para a construção de um modelo de reflexividade feminista ancorado na necessidade de produzir conceitualizações sobre a sociedade desde o ponto de vista dos e das “de baixo”. No sentido do que aponta a preocupação de Spivak (2010), sobre os perigos de essencializar o subalterno e da crença em um sujeito subalterno soberano construído a partir do “primeiro mundo”, Haraway argumenta que sua proposta não tem a ver com um apelo empiricista à perspectiva do “oprimido”, mas trata-se da proposição de uma ferramenta capaz de dessencializar a ideia de objetividade científica que seja exterior aos corpos (CAMPBELL, 2004).

Despatriarcalizar a ciência e o Estado: desafios dos feminismos do sul global.

A reflexão sobre a pesquisa do Ipea relativa à violência contra as mulheres e suas repercussões na sociedade nos ofereceu uma chance oportuna de voltar a pensar mais seriamente a relação entre a produção de conhecimento sobre a vida das mulheres e a produção de políticas do Estado. Pretendemos aqui levantar uma discussão sobre o processo de produção de dados estatísticos a partir de metodologias quantitativas no que diz respeito à situação de violência vivida pelas mulheres no Brasil – fenômeno atravessado por relações de poder complexas, afetos, dores irreparáveis, negociações e um constante embaralhamento das fronteiras do público e do privado.

A produção de conhecimento feita por uma instituição tão reconhecida como o Ipea está longe de ser uma produção marginal, mas ao contrário, encontra-se no entrelaçamento entre a produção de conhecimento científico e a produção de política. O investimento na linguagem estatística e no método quantitativo de medição de “percepções” se coaduna com o “realismo das agregações” conferido pela prática e pelo discurso científico que transforma em índices o mundo social.

Essa realidade de primeira ordem, que organiza a classificação conceitual da experiência social, também perpassa toda a produção científica, constituindo-se em seu verdadeiro quadro de referência (...) Por

tudo isso, números, tabelas, cartogramas e classificações são tomados como realidade do quadro que descrevem, o que é indispensável para os discursos de verdade que sustentam, incluindo aí a construção dos conceitos científicos. (CAMARGO, 2009: 913-914)

O fenômeno da violência de gênero segue, porém, produzindo algumas disjunções entre um debate mais institucionalizado que aposta na judicialização e penalização da violência doméstica e também “(n) o encapsulamento da violência pela criminalidade e o risco concomitante de transformar a defesa das mulheres em defesa da família” (DEBERT & GREGORI, 2008: 166) e, por outro lado, a insistência teórica em chaves explicativas, como o “sistema do patriarcado”, que de alguma forma, eliminam a experiência e possibilidade de fala das mulheres quando apresentam a saída da vitimização/dominação operada por um sistema de poder do qual não sabemos muito bem como se perpetua – já que, concordamos não ter dúvidas, mulheres não querem ser violentadas.

No mesmo sentido, a relação da produção de conhecimento com as políticas públicas do Estado nos faz pensar também, enquanto produtoras de conhecimento das sociedades à margem dos centros de produção teórica, em nosso posicionamento na divisão internacional do trabalho acadêmico, no qual o norte continua oferecendo os paradigmas teóricos que orientam o debate e a formulação de políticas públicas enquanto a mão-de-obra intelectual do sul se encarrega de fornecer a matéria bruta, estudos de caso, etnografias etc. (RICHARD, 1996).

Parece-nos urgente, enquanto feministas situadas no sul, investir na fabricação de novas agendas e problemas como, por exemplo, a despatriarcalização do Estado, oferecendo estudos sobre a realidade mais *afetados* pelas experiências localizadas das mulheres em seus diferentes contextos, potencializando suas vozes e desta forma, questionando as maneiras pelas quais muitas políticas públicas pensam as mulheres enraizadas na ordem familiar e privada, ou questionando as formas de negociação dos direitos reprodutivos das mulheres, que nas sociedades latino-americanas, vêm se tornando valiosas moedas de troca que alimentam “as máquinas de produzir consensos” sociais entre forças políticas e sociais divergentes.

Joan Scott salienta como a relação entre as políticas dos Estados nacionais e as tentativas de controle da vida das mulheres merece uma atenção mais acurada:

Num momento crítico para a hegemonia jacobina durante a Revolução Francesa, na hora em que Stalin tomou o controle da autoridade, na época da operacionalização da política nazista na Alemanha ou do triunfo aiatolá Khomeiny no Irã, em todas essas circunstâncias, os dirigentes que se afirmavam, legitimavam a dominação, a força, a autoridade central e o poder soberano identificando-os ao masculino (os inimigos, os “outsiders”, os subversivos e a fraqueza eram identificados ao feminino), e traduziram literalmente esse código em leis que colocam as mulheres no seu lugar (SCOTT, 1989: 25).

A historiadora segue sua reflexão sobre a interface Estado e gênero mostrando como os regimes democráticos contemporâneos também funcionam a partir da identificação e incorporação do poder masculino na forma estatal moderna como, por exemplo, a construção do “Estado Providência” calcado na ideia de um “paternalismo protetor”. As fabricações dos imaginários do poder a partir do binarismo feminino e masculino é tão difundida quanto constitutiva dos modos de funcionamento das disputas de poder e Joan Scott lança luz a estas formas naturalizadas de produções discursivas mostrando que até mesmo a cultura política do “proletariado”, de certa forma, é parte deste binarismo quando era fundamental para os socialistas e trabalhadores do século XIX na França se afirmarem enquanto produtores fortes, protetores das mulheres e das crianças contra o imaginário no qual investia os reformadores burgueses que acusavam o proletariado de “subordinados, fracos, sexualmente explorados como as prostitutas” (SCOTT, 1989: 26).

De alguma forma, é a partir das experiências do sul que encontramos conceitualizações potentes sobre as formas de apreensão do Estado na vida social, formas de produção da vida comum e proposições sobre a construção de uma democracia que incorpore a experiência das mulheres e suas formas de produzir, ritualizar e reocupar as esferas públicas e de direitos. É o que mostra, por exemplo, o excelente estudo de Vianna & Farias (2011) sobre a “guerra das mães” e sua “luta” cotidiana pela reparação da perda decorrente do assassinato dos seus

filhos pela polícia militar:

Chama atenção de forma pungente que essa ideia-ente “o Estado” é, antes de qualquer coisa, masculina, do mesmo modo que do outro lado estão figuras eminentemente femininas: mães enterradas, mães que enterram. Conforme indicam, de modos distintos, Das (2008) e Brown (2006), a própria representação contemporânea (ou mito político) do Estado é constituída por e constituinte de relações de gênero (...). Ao falarem em nome de uma ordem doméstica que foi desfeita brutalmente pelo assassinato dos filhos, elas (e eles, no caso de demais familiares) trazem o feminino não em seus corpos individuais, mas como marca de significação das relações que se romperam, bem como da violência ilegítima que as destruiu. (VIANNA & FARIAS, 2011: 93-94)

O estudo de Veena Das sobre o contexto da Partição da Índia em 1949 já se constitui hoje como uma referência para a reflexão sobre violência, gênero e Estado. A autora mostra como “as violações inscritas no corpo feminino (literal e figurativamente) e as formações discursivas em torno dessas violações, como vimos, tornaram visível a imaginação da nação como uma nação *masculina*” (DAS, 2011: 11).

Os movimentos feministas do sul, assim como todas as pesquisadoras feministas que trabalham na construção de novos problemas, é o que pretendemos sugerir, precisam estar atentas para os saberes “cuja modernidade vem recusando e combatendo” de modo que elas possam nos defender dos processos de “captura” (PIGNARRE & STENGERS, 2005: 54). E, na América Latina, as formas de interseção entre produção de conhecimento e Estado nos parecem fundamentais para repensarmos a própria reconceitualização do que seja o espaço público ou o que seja “dizível” do ponto de vista da agenda política nacional. O Estudo de Adriana Vianna e Juliana Farias nos faz pensar, por exemplo, que os processos de performar o sofrimento da dor e da perda, as alianças cotidianas e os esforços para afetar o “Estado” e a “Justiça” a partir de histórias particulares que foram dilaceradas, de narrativas desestabilizadoras do luto e da loucura deixada pela perda, de alguma forma produz uma subversão nos rituais institucionais formais estabelecidos pelas normas legais da Justiça, fazendo com que essas

mães ocupassem lugar central na pauta da desmilitarização da polícia militar que agora começa a se nacionalizar e ganhar força nos movimentos sociais do Brasil:

nesse contexto o único contra-poder não pode vir se não da criação de alianças de tipos novos, que implica tanto os cientistas como os grupos portadores de outros saberes e de outros problemas (...) alianças capazes de produzir e de fazer valer saberes ao colocar em evidência o caráter parcial e até mesmo cego dos saberes especializados (...). Eu não falo em ‘cidadãos’ responsáveis mas de grupos portadores de razões de resistir (STENGERS, 2013:3).

O desafio de tecer uma outra epistemologia é tão maior quanto aquele de pensar um outro processo de produções de políticas que seja afetado pela experiência das mulheres no mundo. Cabe ao feminismo do sul a produção de “desenfeitiçamentos” contra o pensamento que ratifica as categorias prontas, em uma vocação consensual, eliminando a legitimidade dos saberes sujeitados. A representação masculinizada do Estado, produzida pelas mulheres nos processos de lutas por direitos ou acesso a uma esfera cujo funcionamento normal é de invisibilizar o sofrimento pode servir de pista para pensarmos juntas novas possibilidades de imaginar a construção da vida coletiva, da produção do comum. Para isso, o borramento das fronteiras entre “saberes” e “crenças”, “percepções” e “ciência”, assim como um agenda de pesquisa que leve em conta estas experiências e conceitualizações sobre Estado e Democracia e, da mesma forma, os modos de existência da fala das mulheres para além dos enquadramentos usuais de sistemas estatísticos de indicadores “neutros” nos parece fundamental.

* Agradeço ao professor Benito Schmidt da UFRGS pela leitura atenta e sugestões a este artigo e à Nalu Faria por suas reflexões inspiradoras.

Referências

- BORDO, Susan. (2000). “A feminista como o outro”. In: *Estudos feministas*. Ano 8. 1º semestre. 10-29.
- BOURDIEU, Pierre. (1973[1972]). “A opinião pública não existe”. Comunicação feita em Noroit (Arras) em janeiro de 1972 e publicada em *Les Temps Modernes*, 318, janeiro de 1973.
- BRAUM, Pedro. (2009). *O estado da ciência e a ciência do Estado: a Fundação Getúlio Vargas e a configuração do campo das ciências econômicas no Brasil*. Dissertação de Mestrado defendida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Museu Nacional.
- BUTLER, Judith. (2010). *Ce qui fait une vie. Essai sur la violence, la guerre et le deuil*. Paris, Zones.
- CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. (2009). “Sociologia das estatísticas: possibilidades de um novo campo de investigação”. In: *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, Dec.
- CAMPBELL, Kristen. (2004). “The Promise of Feminist Reflexivities: Developing Donna Haraway’s Project for Feminist Science Studies”. In: *Hypatia*, Volume 19, Number 1, pp. 162-182. Published by Indiana University Press.
- CARRASCO, Cristina. (2012) *Estatísticas sob suspeita*. SOF, São Paulo.
- CPDOC. (2005). Rio de Janeiro: CPDOC/FGV.
- DAS, Veena. (2008). “Violence, Gender and Subjectivity”. In: *Annual Review of Anthropology*, 37, pp. 283-99.
- DASTON, Lorraine. (1995). “The Moral Economy of Science”. In: *Osiris*, 2nd Series, Vol. 10, Constructing Knowledge in the History of Science, pp. 2-24.
- DEBERT, Guita. & GREGORI, Maria Filomena(2008). “Violência de gênero: novas propostas, velhos dilemas”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, pp. 165-185, fev.
- DESROSIÈRES, Alain. (1993). *La politique des grands nombres. Histoire de la raison statistique*. Paris, La découverte.

- FAVRET-SAADA, Jeanne (2005). “Ser afetado” (tradução de Paula de Siqueira Lopes). In: *Cadernos de Campo*, n. 13, pp. 155-161.
- FOUCAULT, Michel. (2006). “Omnes et singulatim: uma crítica da razão política”. In: FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder saber*. Org. e seleção de textos, Manoel Barros da Motta; trad., Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 355-385.
- _____. (2005). *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*, (trad. de Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2000). “A governamentalidade”. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org., introd., trad. e rev. técnica, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. pp. 277-293.
- _____. (1996). *A ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- HARAWAY, Donna. (1995). “Saberes localizados. a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. In: *Cadernos Pagu* (5), pp. 07-41.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. (1979). *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- IPEA . Ipea -40 Anos: uma trajetória voltada para o desenvolvimento. Maria Celina D'Araujo, Ignez Cordeiro de Farias, Lucia Hippolito (organizadoras) Rio de Janeiro, 2005
- IRIGARY, Luce & MASTRANGELO, Bové. (1987). “Le Sujet de la Science Est-Il Sexué?/Is the Subject of Science Sexed?Author(s)”. In: *Hypatia*, Vol. 2, No. 3, Feminism & Science, 1 (Autumn), pp. 65-87.
- LATOUR, Bruno. (2000). *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP.
- MARTIN, Olivier. (2001). “Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX)”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 41, pp. 13-34.
- MATOS, Marlise. (2010). “Movimento e Teoria feminista: É possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?”. In: *Rev. Sociol. Polít., Curitiba*, v. 18, n. 36, pp. 67-92, jun.
- NEIBURG, Federico. (2010). “Os sentidos sociais da economia”. In: DIAS DUARTE, Luiz Fernando & BENEDITO MARTINS, Carlos (orgs.). *Antropologia. Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Anpocs/Ciência Hoje / Discurso Editorial / Barcarolla, pp. 225-258.
- _____. (2007). “As moedas doentes, os números públicos e a antropologia do dinheiro”. In: *MANA* 13(1), pp. 119-151.
- OLIVEIRA, Luiz Antônio; SIMÕES, Celso Cardoso (2005). “O IBGE e as pesquisas populacionais”. In: *Rev. bras. Est. Pop*, São Paulo, v. 22, n. 2, pp. 291-302, jul./dez.
- PASINATO, Wânia. (2011). “Femicídios e as mortes de mulheres no Brasil”. In: *Cadernos Pagu* (37), julho-dezembro, pp. 219-246.
- PERROT, Michelle. (1977). “Premières mesures des faits sociaux: les débuts de la statistique criminelle en France (1780-1830)”. In: *Pour une histoire de la statistique*, cit. p. 125. Paris.
- PIGNARRE, Philippe & STENGERS, Isabelle. (2005). *La Sorcellerie capitaliste*. éd. La Découverte, Paris.
- PORTER, Theodore (1995). *Trust in numbers. The search for objectivity in science and public life*. Princeton: Princeton University Press.

RICHARD, Nelly. (1996). “Feminismo, experiencia y representación”. In: *Revista Iberoamericana*, v. 62, n. 176-177, pp. 733-744, julho-dezembro.

SCOTT, Joan. (1989). *Gênero. Uma categoria útil para a análise histórica*. Tradução: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila.

_____. (1999). “Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista”. In: *Debate feminista*, São Paulo: Cia. Melhoramento, Edição Especial (cidadania e feminismo), pp. 203-222.

SNTENGERS, Isabelle. (2013). “Cultiver une déloyauté envers ceux qui nous gouvernent”. Entrevista feita por Michail Maiatsky pour le projet *General Intellect*. Contretemps.

SOUZA, Alana Moraes. (2012). *A gente trabalha onde a gente vive: A vida social das relações econômicas: parentesco, “conhecimento” e as estratégias econômicas no agreste das confecções*. Dissertação de Mestrado UFRJ.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG.

VIANNA, Adriana & FARIAS, Juliana. (2011). “A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional”. In: *Cad. Pagu*. Campinas, n. 37, Dec . 79-116.